

## Retórica e Gramática Especulativa: Método Escolástico e Discurso Gramatical

### Rhetoric and speculative grammar: school method and grammatical discourse

Alessandro Jocelito Beccari\*

\*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Assis – SP,  
e-mail: jbeccari1@yahoo.com.br

**RESUMO:** Quintiliano (ca. 35-96 d.C.) em seu livro *Institutio Oratoria* consolidou a doutrina retórica greco-romana de forma sistemática e delineou um sistema de ensino que tinha a destreza na arte da persuasão como meta e coroamento. A retórica romana foi adaptada pela Patrística (séc. II-VIII d.C.) às necessidades da pregação e apologética cristãs, e seu ensino e aprendizagem propiciaram o aparecimento do método escolástico. Assim, é da retórica romana que se originaram as orientações para o discurso científico medieval, do qual a gramática especulativa, como *scientia sermonicalis* (conhecimento teórico sobre o discurso) faz uso privilegiado. O gênero das sumas, como a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino (1224-1275) e as sumas de gramática, como a *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt (ca. 1310), têm uma estrutura que deixa transparecer o gênero de debate oral conhecido como questão disputada, verdadeiro torneio de argumentação retórica fundamentado na silogística aristotélica. Este artigo tem como objetivo demonstrar como os trabalhos gramaticais dos modistas pertencem a uma tradição retórica comum de disputas e comentários que estava na base do universo do ensino e aprendizagem das universidades da Europa Medieval. Para uma contextualização da Retórica e da Filosofia Medieval, utilizaremos Ullmann (2000), Gilson (1996), De Libera (1990), Tringali (1988), a *Retórica* de Aristóteles e a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino. Nossas discussões historiográficas são orientadas pelas ideias e modelos de Covington (1984) e Koerner (1989).

**PALAVRAS-CHAVE:** Retórica; Idade Média; Gramática Especulativa.

**ABSTRACT:** Quintilian (ca. 35-96 CE) in his book *Institutio Oratoria* consolidated the Greco-Roman rhetorical doctrine in a systematic way and determined the outline of a teaching system that had the dexterity in the art of persuasion as its goal and crowning. Roman Rhetoric was adapted by the Church Fathers (2nd-8th century AD) to fit the needs of Christian preaching and apologetics, and its teaching and learning led to the emergence of the Scholastic Method. Thus, it is from Roman Rhetoric that the guidelines for the medieval scientific discourse originated, of which speculative grammar, as *scientia sermonicalis* (theoretical knowledge about discourse) makes privileged use. The genre of the *summae*, such as the *Summa theologicae* of Thomas Aquinas (1224-1275) and the *summae* of grammar such as Thomas of Erfurt's *Speculative grammar* (ca. 1310), have a structure that reveals the genre of the spoken debate known as the disputed question, a true tournament of rhetorical argumentation based on Aristotelian Syllogistics. This article aims to demonstrate how the grammatical works of the *modistae* belonged to a common rhetorical tradition of disputes and

commentaries that was at the basis of the universe of teaching and learning of the universities of Medieval Europe. For a contextualization of Rhetoric and Medieval Philosophy, we will use Ullmann (2000), Gilson (1996), De Libera (1990), Tringali (1988), Aristotle's *Rhetoric* and Thomas Aquinas' *Summa theologiae*. Our historiographical discussions are guided by the ideas and models of Covington (1984) and Koerner (1989).

**KEYWORDS:** Rhetoric; Middle Ages; Speculative Grammar.

## INTRODUÇÃO

O pensamento da Idade Média latina caracteriza-se por um método de ensino e aprendizagem fundamentado na dialética aristotélica: o método escolástico, que começa a ser utilizado na resolução de controvérsias a partir do séc. XI – principalmente no campo da teologia, mas também em outras disciplinas –, surge nas escolas catedrais dos novos centros urbanos europeus e, posteriormente, tem pleno florescimento nas universidades, vindo a ser o discurso universitário por excelência.

O método escolástico é um desenvolvimento do sistema educacional romano, que priorizava o estudo, para fins retóricos, das estratégias linguísticas dos autores e oradores consagrados. É da retórica, portanto, que se originam as orientações para o discurso científico medieval, do qual a gramática especulativa, como *scientia sermonicalis* (conhecimento sobre o discurso) fez uso privilegiado por ter como objeto a própria linguagem.

O gênero das sumas, como a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino (1224-1275) e as sumas de gramática, como a *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt (ca. 1310) e as *Questões sobre o Prisciano maior*, de Boécio da Dácia (fl. ca. 1265) têm características de comentários escritos, mas sua estrutura deve muito mais ao gênero das questões disputadas; portanto, as gramáticas especulativas são textos muito próximos dos debates que aconteciam no cotidiano das salas de aula das faculdades medievais.

Nas seções a seguir, veremos como o discurso argumentativo escolástico surgiu historicamente, as características que o definiam e como ele se materializou nos tratados ou coleções de questões gramaticais dos gramáticos especulativos (*modistae*) do final da Idade Média.

Como parâmetro geral de nosso trabalho historiográfico neste artigo, temos em mente o modelo do progresso relativo e das influências extralinguísticas de Koerner (1989, p. 47-59), que possibilita a exploração não só de aspectos epistemológicos,

teóricos e metodológicos de teorias ou disciplinas ao longo do tempo, mas também das camadas extrateóricas que definem prioridades internas. Com esse modelo em mente, são analisados aspectos internos de teorias e disciplinas sem perder de vista o jogo de influências extrateóricas. Em particular, tal modelo permite transcender as discontinuidades de paradigmas recorrentes depois de longos intervalos de tempo, como aqueles historicamente derivados das especulações sobre as propriedades retóricas do discurso, que surgem na história dos estudos da linguagem do Ocidente com os gregos – Aristóteles, Platão e os sofistas –, e chegam até nossos dias, sendo de importância considerável para a compreensão dos textos gramaticais produzidos na Idade Média.

## QUINTILIANO: GRAMÁTICA E ORATÓRIA

Para Quintiliano (ca. 35-96 d.C.), a gramática é muito mais que um conjunto de regras que determina um discurso válido frente a formas desprestigiadas. Trata-se, na verdade, de um programa de estudos que se constitui na versão romana da opção filológica dos gramáticos alexandrinos, como Dionísio da Trácia (fl. séc. II a. C.) e Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), ou seja, “uma gramática de caráter normativo-descritivo” (BORGES NETO; DASCAL, 2004, p. 44-51). Porém, há uma diferença marcante entre gregos e romanos no que diz respeito aos estudos gramaticais: Quintiliano dá uma finalidade cívica à opção filológica dos alexandrinos; para ele, o bom usuário da língua (e entenda-se “bom” no sentido moral) deve ter acesso ao treinamento necessário para vencer demandas públicas, pois essa vitória beneficia toda a comunidade. Portanto, os bons cidadãos têm a obrigação de serem os melhores usuários da língua. Na base dessa exigência, há um antigo ideal romano, resumido nos *Praecepta ad filium* de Catão (ca. 234-149 a.C.): *Orator est, Marce fili, uir bonus, dicendi peritus* “O orador é, meu filho Marcos, um homem de bem que é experimentado na arte de discursar”<sup>1</sup> (frag. 14 (80)<sup>2</sup> *apud* PEREIRA, 2006, p. 26).

Embora a diferença mais notável entre Quintiliano e os alexandrinos, no que diz respeito aos usos da linguagem, seja a primazia que o orador romano dá ao discurso falado nas demandas públicas, na pedagogia de Quintiliano o ensino do discurso escrito é igualmente fundamental e concomitante ao do debate regrado: *Nam et scribendi ratio*

---

<sup>1</sup> Todas as traduções de excertos da *Institutio oratoria* contidas neste artigo são de Pereira (2006).

<sup>2</sup> CALDER III, W. M. *Vir bonus, discendi peritus*. In: **American journal of Philology**. Baltimore, v. 1, n. 108, 1987. p. 168-71.

*coniuncta cum loquendo est, et enarrationem praecedat emendata lectio, et mixtum his omnibus iudicium est [...]* “Com efeito, tanto as regras da escrita se combinam com as do falar, como uma leitura correta precede a explicação e um juízo crítico permeia a ambas” (I, IV, 3)<sup>3</sup>. Portanto, “se”, para Quintiliano, “cabia à Gramática determinar, a partir do exame dos autores que formavam o cânone clássico, que usos da língua eram ‘legítimos’, cabia à Retórica, então atualizar no *discurso* aqueles usos, com vistas a torná-los eficientes em seu propósito” (PEREIRA, 2006, p. 49). Ou seja, embora a gramática ofereça seus serviços à retórica, esta é indissociável daquela.

Quintiliano resume em duas metas o ensino e aprendizagem da gramática: 1) *recte loquendi scientia*, o conhecimento das regras usuais (consagradas pelos autores e oradores clássicos) do bem ler, escrever e, acima e antes de tudo, falar; 2) *enarratio poetarum*: a interpretação ou explicação dos poetas, i.e., dos autores clássicos (I, IV, 2). O tipo de objeto selecionado pela gramática defendida por Quintiliano não difere grandemente daquele apontado pelo alexandrino Dionísio da Trácia: as obras dos autores consagrados. Na verdade, segundo Robins (1983, p. 24), a *Téchnē grammatikē* de Dionísio da Trácia (fl. 144 a. C.) “começa com uma exposição do contexto de estudos gramaticais tal como era visto pelos alexandrinos”. No início dessa exposição há uma definição de gramática (*grammatikē*) que lembra a *enarratio poetarum* ou “explicação dos poetas” de Quintiliano: “Gramática é conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores.” (ROBINS, 1983, p. 21). Na *Téchnē*, segundo Swiggers e Wouters (1995<sup>4</sup>, p. 95 *apud* CHAPANSKI, 2003, p. 70), esse conhecimento empírico equivale aos “dados extraídos do domínio prático, exaustivo inclusive, de textos canônicos”. Entretanto, como foi visto acima, um dos traços característicos da *enarratio poetarum* de Quintiliano é seu conteúdo ideológico: o autor propõe uma gramática voltada para a formação dos cidadãos romanos. De qualquer forma, a seleção de textos de autores consagrados como objeto de estudo permanece em Quintiliano, e em toda a tradição gramatical latina posterior. Essa ainda será a característica principal do maior responsável pela transmissão da tradição gramatical para a Idade Média, Prisciano Cesariense (fl. 500), cuja obra mais importante, as *Institutiones grammaticae*, “consiste na descrição sistemática do latim da literatura clássica” (ROBINS, 1983, p. 44).

<sup>3</sup> As citações da *Institutio oratoria* de Quintiliano seguem as divisões do texto constantes na *Loeb Classical Library*; assim, “I, IV, 3” deve ser lida como “a terceira parte do quarto capítulo do primeiro livro.”

<sup>4</sup> SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. *Tékhne et empeiria: la dynamique de la grammaire grecque dans l’Antiquité à la lumière des papyrus grammaticaux*. *Lalies* 15. p. 83-101, 1995.

Como se ensinava Retórica na época de Quintiliano (séc. I-II d.C.)? A aprendizagem se dava principalmente por meio de certames dialéticos entre os aprendizes, sob a supervisão de retores ou gramáticos. Essas disputas eram chamadas de controvérsias quando tinham como assunto algum incidente ou aventura complicada; ou suasórias, em que se partia da mitologia para aconselhar ou desaconselhar um modo de agir. Nos dois exercícios, eram apresentados argumentos contra ou a favor determinada tese. Em geral, os alunos defendiam ou acusavam personagens históricas ou mitológicas ou tentavam dar suporte ou rejeitar opiniões hipotéticas (TRINGALI, 1988, p. 59).

A seguir, citamos um exemplo de um desses exercícios; trata-se de uma controvérsia. O texto que utilizamos é oriundo das biografias de Suetônio (ca. 69-141d.C.), contidas no primeiro capítulo de um livro chamado *De rhetoribus* (“Sobre os retores”), que faz parte de uma obra maior intitulada *De uiris illustribus* (“Sobre os homens ilustres”).

No verão, jovens da cidade viajaram para a região portuária de Ostia. Ao chegarem ao litoral, aproximaram-se de pescadores que arrastavam redes e combinaram com eles o quanto pagariam por um lance. Pagaram. Esperaram algum tempo até que as redes fossem retiradas. Mas não havia nenhum peixe nas redes, e sim um recipiente cheio de ouro. Os jovens compradores disseram que o lance era seu (pois tinha sido pago por ele), os pescadores, porém, discordaram e disseram que era deles (porque não se tratava de peixes) (Tradução Nossa)<sup>5</sup>.

Exercícios de retórica como esse testemunham a dinâmica das aulas nas escolas romanas do início da época imperial. A formação dos alunos tinha como alvo a destreza de pensamento e o domínio e versatilidade no uso da palavra<sup>6</sup>; essas habilidades continuariam a ser cultivadas na formação dos intelectuais da Idade Média e na educação humanista do Renascimento.

## UM MÉTODO PARA O DISCURSO

---

<sup>5</sup> *Aestiuo tempore adulescentes urbani cum Ostiam uenissent, litus ingressi, piscatores trahentes retes adierunt et pepigerunt, bolum quanti emerent; nummos soluerunt; diu expectauerunt, dum retia extraherentur; aliquando extractis, piscis nullus affuit, sed sporta auri obsuta. Tum emptores bolum suum aiunt, piscatores suum.*

<sup>6</sup> Em nosso país, é de conhecimento comum que se estimulam pouco essas capacidades na formação dos estudantes, apesar do consenso que a educação deve objetivar a cidadania plena e o pensamento crítico, e que o domínio do discurso falado e escrito, em suas variantes de prestígio, é direito dos cidadãos e cidadãs.

A palavra “escolástica” vem de *schola* (“escola”, em latim), que também está na origem de *scholasticus*, de que se derivou o inglês *scholar*. O *scholasticus* era o mestre da escola de um mosteiro, geralmente rural, ou de uma catedral urbana. Na Idade Média, o escolástico é um homem culto, que tem conhecimentos apurados do *trivium* (retórica, gramática e lógica) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), disciplinas fundamentais para qualquer empreendimento intelectual no Medievo, também conhecidas como as sete artes liberais. Pedagogicamente, a escolástica é entendida como a técnica de ensino desse mestre das escolas dos mosteiros e das catedrais medievais, herdeiro dos retores e gramáticos das escolas do Império Romano.

O que caracteriza essencialmente a escolástica é seu método de argumentação, que deu forma ao discurso científico ocidental até o séc. XVII (ULLMANN, 2000, p. 61-62). Esse método é um desenvolvimento das controvérsias e suasórias das antigas escolas romanas e está relacionado à disposição dos argumentos como parte da composição dos discursos em consonância com os preceitos da Retórica Antiga (TRINGALI, 1988, p. 85).

Pode-se dizer também que o método escolástico está especialmente ligado ao discurso forense como definido por Aristóteles no terceiro capítulo do primeiro livro da *Retórica*, 1358b10: “O discurso forense comporta a acusação ou a defesa de alguém; uma ou outra tem sempre que ser sustentada pelas partes em um caso”. No discurso forense ou judiciário, a pergunta implícita é “Acaso seria?” (*an sit*), e tenta-se argumentar pró ou contra a veracidade do caso até se chegar a uma sentença. Para o silogismo dialético que pode surgir nesse tipo de argumentação, Aristóteles dá o nome de entimema (*ἐνθύμημα*), que é um silogismo lógico abreviado (com uma só premissa ou apenas a conclusão), aceito por consenso pela maioria de um auditório. No segundo capítulo do primeiro livro da *Retórica*, 1357a16-22, o Estagirita assim descreve e exemplifica essa forma de silogismo:

O entimema tem que consistir de poucas proposições, em menor quantidade frequentemente do que constituem um silogismo complexo; com efeito, se uma dessas proposições for conhecida, não haverá necessidade sequer de enunciá-la, o próprio ouvinte acrescentando-a. Assim, para exprimir que Dorieu foi o vencedor de uma competição cujo prêmio era uma coroa, basta dizer que ele foi vencedor em Olímpia.

Segundo Aristóteles, no livro II da *Retórica*, o entimema pode estar implícito nas parábolas, máximas, analogias e fábulas. A grande vantagem do uso do entimema na

argumentação pública é sua brevidade, concisão e leveza, que o fazem especialmente útil no discurso jurídico, bem como no debate de questões teológicas e na homilética – o silogismo lógico se mostraria pouco eficaz no convencimento de um público que não fosse exclusivamente o dos especialistas.

A Escolástica, que é dividida cronologicamente em baixa (do ano 1000 a 1150) e alta (de 1150 a 1400), sempre priorizou a discussão textual, i.e., o debate sobre textos, e, assim, esteve muito mais centrada em livros e em raciocínios dedutivos do que na análise experimental de dados empíricos.

O método escolástico fundamenta-se em dois pilares básicos: 1) uma rotina escolar pautada por uma sequência de estratégias de ensino e aprendizagem; 2) critérios para a verificação do uso correto dos elementos que compõem essa sequência. Os elementos ou estratégias de que se constitui a rotina escolástica são: (i) primeiramente o mestre dá uma lição, *lectio*, que é uma leitura explicada de um trecho da Bíblia ou de uma outra autoridade, que pode ser antiga ou moderna, sagrada ou profana; em seguida, os alunos redigem *reportationes* (anotações), em que anotam *loci communes*, que são os assuntos, as palavras, os pensamentos ou as frases significativas mencionadas pelo mestre a partir da leitura comentada; concomitantemente, os alunos fazem *glosae interlineares/marginales*, anotações interlineares ou marginais, sobre o texto discutido; (ii) *quaestiones* (questões): o próprio mestre recorda as dúvidas tradicionais acerca dos problemas de interpretação que o texto apresenta: nesse momento há o esclarecimento de dúvidas a partir do levantamento da problemática a ser resolvida; (iii) *disputationes*: quais seriam as melhores respostas? Inicia-se o debate dialético em que há proposições a favor e contra uma determinada resposta ou solução das *quaestiones* do item (ii).

O nome que se dava para os exames escolares dá testemunho da importância da faculdade da memória para a educação formal nesse período: eram chamados de *reparationes*, grosso modo, “reproduções”.

Os critérios do método escolástico são em número de quatro e comportam argumentos lógicos e dialéticos: (i) *ratio* (a forma correta da demonstração), que consiste no uso de silogismos válidos – de acordo com a lógica aristotélica, há 19 formas legítimas para esses silogismos; (ii) uma resposta deve procurar pautar-se pela *auctoritas* (opinião) estabelecida por *consuetudo* (consenso) de autoridades antigas e recentes – caso isso não seja possível de imediato, há uma hierarquia de autoridades a serem consultadas antes que se chegue à proposição de uma resposta original; (iii) *concordia*: a realidade última do mundo medieval está na perspectiva da fé cristã, que é uma atitude comum na Idade

Média; logo, pressupõe-se uma harmonia natural entre razão e revelação, embora não se suponha que essa seja uma harmonia fácil<sup>7</sup>; (iv) *experientia* que produz *certitudo* (confirmação empírica): a *experientia* é defendida por Roger Bacon (ca. 1220-1292) como critério de desempate em seu *Opus maius*.

Pode-se dizer que o método escolástico chega à sua forma medieval definitiva no final do séc. XIII, uma vez que o século seguinte, o XIV, vê surgir um período de crítica interna às grandes construções de pensamento da Escolástica do século anterior. Essas críticas internas vêm principalmente da parte do nominalismo, cujo expoente maior é Guilherme de Ockham. Concomitantemente às críticas nominalistas, o humanismo mudará gradativamente o foco da intelectualidade do final do séc. XIV: de preocupações dialéticas para uma atenção maior aos estudos literários e históricos. Os humanistas, que serão o grupo dominante nos estudos da linguagem dos sécs. XV e XVI, também privilegiarão mais a filosofia de Platão do que a de Aristóteles. Consequentemente, o séc. XV testemunhará um grande enfraquecimento da originalidade do método escolástico, que se reduzirá, em grande parte, à repetições de modelos estabelecidos até o final do séc. XIII e criticados no XIV.

## UNIVERSIDADE MEDIEVAL: CONJUNTO DE MESTRES E ESTUDANTES

Quando pensamos no método escolástico, precisamos ter em conta o ambiente em que este foi amplamente utilizado e em que chegou ao ápice do seu desenvolvimento: a universidade medieval.

No início do séc. XIII, a universidade ou *universitas magistrorum et scholarium* (universidade/todo o conjunto de mestres e estudantes) toma o lugar das escolas catedrais do séc. XI e XII e dos mosteiros dos séculos VI ao X, e tornam-se os centros de ensino superior mais importantes para a irradiação de novas ideias filosóficas e linguísticas. A Universidade de Paris é instaurada, por decreto papal, em 1219 e a de Oxford em 1231.

---

<sup>7</sup> Como o demonstra Gilson (1998, p. 511-2), essa harmonia pressuposta foi uma construção árdua do pensamento medieval: atesta-o, por exemplo, o esforço intelectual de um pensador como Tomás de Aquino em sua *Summa theologiae* (*Suma de teologia*): uma obra enciclopédica em que é feita uma concordância minuciosa entre a doutrina católica medieval e o aristotelismo do séc. XIII. Outro exemplo da dificuldade dessa harmonização são as linhas de pensamento averroísta e nominalista dos séculos XIII e XIV, em que o uso do método escolástico leva a conclusões filosóficas diferentes da doutrina oficial da Igreja Católica. Essa discrepância começa a se tornar evidente no séc. XIV e acaba por gerar uma separação entre razão e revelação; como resultado, há uma ruptura entre especulação filosófica e teológica que repercute, por exemplo, na Reforma Protestante, na Filosofia Moderna, na Ciência Experimental.

Embora Paris e Oxford tenham sido os principais centros de difusão do conhecimento letrado no séc. XIII, não se pode deixar de mencionar as universidades de Bologna e de Montpellier, que, embora menos cosmopolitas que Paris e Oxford, foram importantes centros de estudo de especialidades, respectivamente: do direito e da medicina. De qualquer forma, para a finalidade a que se propõe este artigo, a Universidade de Paris é sem dúvida a instituição mais importante, pois é nela que, a partir de 1270, formam-se e ensinam os mestres modistas que criaram e veicularam as novas ideias que tomarão corpo na *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt.

A teologia era a carreira acadêmica mais longa: o grau de doutor não poderia ser outorgado antes dos 35 anos de idade. Nos primeiros seis anos, o estudante era ouvinte de disputas sobre a Bíblia e dos *Quatro livros das sentenças de Pedro Lombardo*. O doutoramento vinha depois de dois estágios: um magistério bíblico que durava cerca de seis anos e um magistério sentenciário<sup>8</sup> por aproximadamente 4 anos. Segundo Le Goff (2003, p. 105), a formação completa de um teólogo escolástico poderia chegar a 15 anos.

Nas Faculdades de artes, estudava-se todo o *corpus* aristotélico, principalmente o *Organon*,<sup>9</sup> no caso de Paris, além de Prisciano, Donato, Euclides e Ptolomeu e das traduções, comentários e opúsculos de Boécio e de outros autores da Antiguidade Clássica e Tardia. Ademais, estudavam-se obras recentes como as *Summulae logicales* de Pedro Hispano (1210-1277). Nas faculdades de medicina, discutiam-se a grande suma de Avicena e outros tratados árabes e seus comentaristas, assim como Hipócrates e Galeno. Nas faculdades de direito, liam-se, comentavam-se e discutiam-se a chamada *vulgata* que era formada a partir do *Corpus iuris civilis* e dos éditos e constituições posteriores ao *Código de Justiniano*; além destes, o *De inuentione* de Cícero era comentado, especialmente em Bolonha. No caso dos estudantes de direito canônico, o estudo englobava todos os decretos que formavam o *Corpus iuris canonici* e sua tradição de comentários.

O currículo das universidades medievais era organizado por listas de livros. Ao examinarem-se essas listas, para o início do séc. XIII, percebe-se o aumento do interesse pelo estudo da lógica aristotélica em relação ao séc. XII: enquanto no currículo do séc.

---

<sup>8</sup> O mestre biblista e o mestre sentenciário liam, comentavam e debatiam respectivamente: passagens da Bíblia e das *Sentenças de Pedro Lombardo*. As *Sentenças* eram uma coleção de passagens de autores bíblicos e patrísticos que foram comentados por Pedro Lombardo (ca. 1094-1164), um renomado teólogo escolástico do séc. XII. Seu título original era *Libri quatuor sententiarum* (*Os quatro livros das sentenças*). As sentenças eram conclusões acerca de opiniões teológicas debatidas sobre os mais diversos pontos de doutrina: desde o significado da unidade na Trindade até se um pecado pode ser a causa de um pecado.

<sup>9</sup> O ensino da filosofia de Aristóteles, inicialmente apenas tolerado, só foi admitido oficialmente, na Universidade de Paris, pelo estatuto da Faculdade de Artes de 1255 (VERGER, 1999, p. 34).

XII (1140), da escola de Chartres, há quatorze livros sobre lógica, sete dos quais são de autoria de Boécio e cinco de Aristóteles, no currículo de 1210, da nascente Universidade de Paris, há nove títulos originais do *corpus* lógico-aristotélico contra dois de Boécio (PRICE, 1990, p. 220).

Os professores não permaneciam por muito tempo nas mesmas instituições de ensino. Mesmo um mestre de renome como Tomás de Aquino (ca. 1224-1274), que foi professor em Paris por duas ocasiões (1256-59 e em 1272), não esteve por muito tempo nas mesmas posições acadêmicas: dividiu sua breve vida (49 anos) entre o magistério superior, assuntos eclesiásticos e a Ordem dos Pregadores, vivendo entre Colônia, Paris, Anagni, Orvieto, Roma, Viterbo e Nápoles, permanecendo, em média, menos de três anos em cada localidade. Tomás de Aquino não foi exceção: de um modo geral, os mestres e doutores escolásticos do final do séc. XIII poderiam ser comparados mais a *visiting professors* do que aos catedráticos de uma universidade do séc. XX.

Além dos breves períodos de permanência nas instituições de ensino superior, há outro fator importante para a compreensão da constituição do corpo docente universitário medieval: era comum que os professores fossem religiosos mendicantes, ou seja, sem nenhuma direito à posse de bens materiais, celibatários e vinculados por voto de obediência aos superiores de suas ordens. Esses mestres vinham muitas vezes dos lugares mais longínquos da Europa, como no caso de Boécio da Dácia (Dinamarca) (ca. 1240-1280). Portanto, o ambiente de constantes disputas dialéticas (e políticas) era alimentado pelo influxo constante de novas, às vezes incendiárias, ideias, trazidas por esses mestres de terras distantes, que nada possuíam materialmente, nem sequer as próprias vestes, e que estavam sempre preparados para a próxima transferência. Havia, portanto, escassas chances de criação de um pensamento excessivamente hegemônico, de corporativismos inflexíveis e de uma sensação de que as posições de poder nas universidades pertencessem aos professores por usucapião. Na universidade medieval havia, sem dúvida, espaço para a crítica. Nesse sentido, note-se que até mesmo artigos de fé essenciais, como a criação *ex nihilo*, a encarnação, ou a autoridade papal ou imperial não escapavam das disputas que cotidianamente aconteciam dentro e fora das salas de aula. As questões teológicas eram certamente as mais debatidas, porque o aristotelismo árabe havia surgido como uma opção teórica para o pensamento agostiniano tradicional, mas isso não significava que essas questões não pudessem ser instrumentalizadas, sendo a acusação de heresia arma comum nas lutas internas nesses ambientes.

Outra característica do corpo docente medieval é que a figura do mestre poderia ser mais importante que a instituição em que lecionava: por vezes, acontecia que a transferência de um professor fizesse com que parte do corpo docente se transferisse com ele. Esse traço é observável desde o séc. XII nas escolas catedrais que antecederam historicamente as universidades. De fato, antes mesmo da fundação da Universidade de Paris, houve mestres que, pela fama de sua independência de pensamento, atraíram grande número de alunos “a suas casas particulares e aos claustros de Saint-Victor ou de Sainte-Geneviève” (LE GOFF, 2003, p. 44). Entre esses dialéticos, destacam-se Fulberto (ca. 952-1028), que estabeleceu a escola da catedral de Chartres, Berengário (falecido ca. 1080), que polemizou acerca da doutrina da transubstanciação, Roscelino (ca. 1050-1125), fundador do nominalismo medieval que sofreu uma acusação de heresia contra o dogma trinitário, e Pedro Abelardo (ca. 1079-1142), provavelmente o mais célebre desses mestres da alta Escolástica, conhecido tanto pelo escândalo trágico em que se envolveu quanto por seu virtuosismo dialético.

O abuso do poder político era estritamente controlado. No final do séc. XIII, o líder da Universidade de Paris é o reitor da Faculdade de Artes. Reelegível, porém, com um mandato que não passa de três meses, o reitor era eleito pelos procuradores escolhidos pelas quatro “nações” de estudantes *artistas* (estudantes das artes liberais), que correspondiam, aproximadamente, aos seus lugares de origem: havia a nação francesa, a picarda, a normanda (de estudantes oriundos do sul da Europa) e a inglesa (ingleses, escoceses, irlandeses, alemães, dinamarqueses, etc.). A função do reitor é acima de tudo de gestão financeira, pois está à frente da faculdade com o maior número de alunos (LE GOFF, 2003, p. 102-3). Em Oxford, o reitor recebeu o nome de chanceler e foi, inicialmente, um representante do bispo de Lincoln, pois este residia a duzentos quilômetros de distância (LE GOFF, 2003, p. 95). O poder da universidade medieval como corporação de ofícios fundamentava-se em “três privilégios essenciais: a autonomia jurisdicional, o direito de greve, de secessão e o monopólio dos graus universitários. Nos quadros da Igreja, em alguns casos, também havia o poder de apelação ao papa (LE GOFF, 2003, p. 104).

No centro do universo de mestres e estudantes que compunham a universidade medieval e constituíam sua máquina dialética de produção de conhecimento havia um elemento estruturante: o artigo.

Uma acepção comum da palavra latina *articulus* (“artigo”) é “articulação”, “juntura”; secundariamente, “pequena parte de um todo” (TORRINHA, 1942, p. 78). Qualquer leitor curioso que despreziosamente abra uma das muitas sumas medievais, como a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino, observará que a unidade mínima do texto que tem em mãos chama-se artigo. Portanto, um artigo, em sentido escolástico medieval, não é um texto informativo completo (como no caso dos nossos artigos científicos), mas uma parte mínima da discussão de um assunto, que era sempre introduzida por uma pergunta: *questio* (questão), em latim. A *Suma de teologia*, supracitada, tem três partes, a primeira delas possui 119 questões, e cada uma desses questões têm de dois a dez artigos.

A *Gramática especulativa ou Tratado sobre os modos de significar*, de Tomás de Erfurt, é uma suma de gramática que reflete, em suas discussões gramaticais, o método escolástico que fora desenvolvido no ambiente da universidade medieval ao longo do séc. XIII. Uma leitura atenta desse tratado demonstra que se trata de um texto dividido em questões e artigos. Uma segunda leitura, ainda mais atenta, demonstra que a estrutura de seus artigos reflete o ambiente de disputas acadêmicas universitárias, pois os marcadores textuais que organizam esses textos são encontrados comumente nos textos de gênero “suma”.

Uma das características dos textos escolásticos que dificultam sua tradução para línguas modernas é justamente a riqueza de marcadores textuais. O latim dos autores clássicos desconhecia o uso da pontuação; logo, um grande número de marcadores ajudavam a dar coerência aos textos, uma vez que podem marcar o final ou o início de um parágrafo ou capítulo ou mesmo de um assunto. Como esses marcadores substituem nossos sinais de pontuação (ponto e vírgula, ponto final, exclamação etc.), de acordo com Covington (1984, p. 2.) não haveria uma maneira consistente de traduzir essas expressões ou termos técnicos do jargão escolástico. Exemplos desses marcadores textuais seriam expressões como *item* (igualmente) e *dicendum est* (deve-se dizer/declarar/responder que). Essa suposta impossibilidade de tradução adviria do fato de esses termos e frases não terem significado isoladamente, mas funcionarem como marcadores das posições das sentenças em um discurso altamente formalizado. Nesse sentido, em seu livro sobre a teoria sintática modista, Covington (1984, p. 2), em suas traduções de trechos de gramáticos especulativos, opta por manter os textos originais em colunas paralelas a suas

traduções e faz uma tradução interpretativa. Assim, em suas versões para o inglês, esse autor simplesmente omite os marcadores originais, como no exemplo a seguir:

<p><i>Dicendum est ergo quod congruitas et incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici.</i></p>	<p>Grammaticality and ungrammaticality are caused by the compatibility or incompatibility of modes of signifying, which are intrinsically the concern of the grammarian.</p>
--	--

FONTE: COVINGTON, 1984, p. 34

Apesar da importância de traduções interpretativas como as de Covington – sem dúvida, atingem um público mais amplo que o dos medievalistas –, é necessário ter em conta que, como visto nas seções anteriores, na Idade Média, não há uma separação definitiva entre o discurso acadêmico oral e o escrito, como ocorre em nossos dias. De fato, a produção de textos acadêmicos no final da Idade Média tinha pouco em comum com o trabalho solitário de redação de artigos, dissertações e teses dos dias de hoje. A imediatez entre o que se lia e se debatia nas escolas e o que se escrevia nas sumas e opúsculos didáticos fica evidente a partir da leitura de qualquer um dos exemplares que chegaram à atualidade. Nesse sentido, qualquer interessado por textos de filosofia medieval, que leia os textos originais, ganha de brinde um encontro com o mundo acadêmico daquela época. Nas palavras de Alain de Libera: “As formas literárias com as quais os homens da Idade Média dão corpo ao seu pensamento refletem os diversos atos sociais de interpretação, cumpridos pelo intelectual no ambiente onde exerce sua atividade.” (1990, p. 25). Os capítulos que compõem a *Gramática especulativa* são o resultado direto de uma atividade acadêmica como essa. De fato, é provável que Tomás de Erfurt tenha escrito ou ditado seu tratado concomitantemente a seu magistério.

Na verdade, muitas das fórmulas que são utilizadas na transmissão das idéias sobre a linguagem contidas na *Gramática especulativa* refletem um ambiente acadêmico: expressões como *dicendum est*, *item* e *videtur quod* são uma transposição para o registro escrito das fórmulas dos debates que constituíam a alma da vida acadêmica medieval. Por conseguinte, quando se busca dar ao leitor de uma tradução dessa gramática uma janela para o ambiente universitário medieval, nada pode ser mais útil do que traduzir essas fórmulas. Nesse caso, uma tradução puramente interpretativa esquecer-se-ia de um

dado fundamental para a compreensão da obra: a relação íntima entre a gênese do texto e o meio em que foi produzido.

O ensino universitário medieval dividia-se em dois métodos principais: as lições (*lecturae*), de que se deriva o gênero dos comentários escritos, e a disputa ou questão (*disputatio* ou *quaestio*), de que se derivam os livros de questões disputadas (GILSON, 1996, p. 492).

Como vimos anteriormente, as lições (*lecturae*) se dividiam em duas partes principais: a divisão e explicação do texto e a exposição de respostas, antigas e modernas, às dificuldades levantadas na interpretação do texto (DE LIBERA, 1990, p. 26). As disputas (ou questões) eram verdadeiros torneios dialéticos cuja estrutura formal era uma alternância entre objeções, exposições e refutações. Havia dois tipos de disputa: as ordinárias, cujas questões eram preestabelecidas pelo professor, e as extraordinárias ou quodlibetais, cujas questões eram escolhidas a esmo, no início da aula, por qualquer um (*a quo libet*) da assistência (DE LIBERA, 1990, p. 28).

As sumas ou tratados gerais das diversas disciplinas (teologia, lógica, matemática, gramática etc.) são o gênero por excelência da literatura pedagógica da Idade Média. Uma suma é o resultado de quatro fatores: 1) a necessidade de organização de um determinado saber; 2) as técnicas de ensino de uma instituição universitária; 3) o resumo da pesquisa de uma universidade sobre um determinado assunto; 4) uma tentativa autônoma e sistemática de organizar criticamente os dados de uma tradição.

A unidade mínima de uma suma é o artigo. O formato de um artigo resulta do desenvolvimento da questão disputada ordinária. Grosso modo, um artigo é estruturado da seguinte forma:

<i>Utrum...</i>	“Se...” <b>(Introduz a questão ou pergunta hipotética.)</b>
<i>Videtur quod...</i> <i>Videtur quod non...</i>	“Parece que...” “Parece que não...” <b>(Série de argumentos e objeções a favor ou contra a ideia veiculada pela questão ou pergunta hipotética)</b>
<i>Sed contra...</i>	“Mas contra...” <b>(Um ou vários contra-argumentos)</b>
<i>Respondeo dicendum...</i>	“Deve-se declarar que...” <b>(Solução para o problema depois de uma ponderação dos argumentos contra e a favor)</b>

<i>Responsio principalis</i> ou <i>Corpus articulis</i> ou <i>Solutio</i>	“Resposta principal” ou “Corpo do artigo” ou “Solução” (Fundamentação da solução para o problema: citam-se autoridades com que se coaduna a solução apresentada.)
---	--

## QUADRO 1 - A UNIDADE DIALETICA DO ARTIGO

FONTE: GRABMANN, 1949, p.40

O gênero “suma” tem seu ápice, naturalmente, nas grandes sumas de teologia. No entanto, nas outras artes, como na geometria e na lógica, esse gênero tomava corpo no formato de pequenas sumas (*summulae*) ou tratados, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano (DE LIBERA, 1990, p. 30), que eram compêndios sobre questões disputadas. Embora modistas como Boécio da Dácia (fl. 1275) e Martinho da Dácia (morto em 1304) tenham optado por um gênero de comentário com perguntas (*expositio per modum quaestionis*) para veicular suas idéias, outros, como o pré-modista Pedro Helias (fl. 1140) e o próprio Tomás de Erfurt (fl. 1310) optaram pelo formato da pequena suma ou tratado.

O caráter estritamente pedagógico do ambiente das questões disputadas transparece nos capítulos da *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt: seus marcadores textuais remetem à prática escolar dos debates da alta Escolástica. Um exemplo claro é a sequência de fórmulas sublinhadas no trecho a seguir, em que a questão disputada diz respeito à semântica dos pronomes.

<u><i>Quidam dicunt, quod</i> pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum...</u>	<u>Alguns afirmam que</u> o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar...
<u><i>Ista opinio est erronea et falsa; quia</i> [...]</u>	<u>Essa opinião é errônea e falsa, porque</u> [...]
<u><i>Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod</i> pronomen [...]</u>	<u>Deve-se responder à autoridade, que eles aduzem, que</u> o pronome [...]
<u><i>Alii dicunt, quod</i> pronomen [...]</u>	<u>Outros afirmam que</u> o pronome [...]
<u><i>Ista opinio similiter non valet</i> [...]</u>	<u>Esta opinião não é válida</u> [...]
<u><i>Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi.</i></u>	<u>Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual</u> o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, <u>deve-se responder que</u> [...]
<u><i>Dicendum quod</i> [...]</u>	

## QUADRO 2 - UM ARTIGO DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA

FONTE: TOMÁS DE ERFURT, *Gramática especulativa*, XXIV, 42-43

As frases e termos sublinhados que aparecem na sequência argumentativa do texto acima não são simplesmente marcadores das divisões do assunto discutido, pois, além de funcionarem como mecanismos de transição no desenvolvimento das idéias que compõem o conjunto da sua argumentação, são também um reflexo quase simétrico do ambiente acadêmico vivo de que formam uma imagem.

No trecho exemplificado no quadro acima, o conjunto da argumentação organiza-se por meio de fórmulas dialéticas tradicionais e gira em torno de uma questão disputada entre os gramáticos do final do séc. XIII: “o pronome significa algo indeterminado?”. Um cotejo com as fórmulas que introduzem os passos argumentativas de um artigo escolástico qualquer, como exemplificado no QUADRO 1, demonstra claramente uma estrutura em que se identifica o gênero *suma*. Portanto, esse artigo da *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, reflete em sua organização textual as questões disputadas que ocorriam cotidianamente nas universidades da Baixa Idade Média.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste artigo, a retórica grega e romana foi adaptada, primeiramente pela Patrística (séc. II-VIII d.C.) e depois pela Escolástica (séc. X-XV), às necessidades pedagógicas de um mundo que emergiu das cinzas da Antiguidade Clássica.

O método escolástico, desenvolvido ao longo de séculos, deriva-se em sua origem das teorizações de oradores romanos, como Quintiliano (séc. II d.C.) e de pregadores cristãos, como Santo Agostinho (354-430 d.C.). Portanto, é dos pressupostos da arte da persuasão latina que se originaram as orientações para o discurso científico medieval, do qual a gramática especulativa, como *scientia sermonicalis* (conhecimento sobre o discusso) é uma faceta talvez ainda pouco conhecida.

A seção anterior demonstra como os marcadores textuais que dão coesão e coerência à *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, refletem o ambiente universitário das questões disputadas, que se constituíam no núcleo de que se deriva o discurso científico das *sumas*. Verdadeiros torneios de argumentação retórica, fundamentados na silogística aristotélica, esses eventos públicos encontram-se nos primórdios da instituição educacional que até hoje domina oficialmente a produção de conhecimento no mundo: a universidade.

Este artigo quis demonstrar como textos gramaticais como a *Gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, dão testemunho de um método que parte da tradição retórica greco-latina e fundamenta o ensino e a aprendizagem das universidades da Baixa Idade Média (1100-1450).

O método escolástico provavelmente ainda tem impacto no modo como concebemos o processo de construção e fixação do conhecimento. De fato, as discussões entre apoiadores de teorias divergentes e as respostas provisórias que resultam desses debates continuam a animar nossa produção científica.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas: BINI, E. São Paulo: EDIPRO, 2011.
- BOÉCIO DA DÁCIA. *Modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. In: McDERMOTT, A. C. S. (Ed.). *Godfrey of Fontaine's abridgement of Boethius of Dacia's modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. Tradução: McDERMOTT, A. C. S. Amsterdam: John Benjamins B. V., 1980.
- BORGES NETO J.; DASCAL, M. De que trata a lingüística, afinal? In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.
- CHAPANSKI, G. *Uma tradução da tékne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Curitiba, 2003.
- DE LIBERA, A. *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- DIONÍSIO DA TRÁCIA. *Tékne grammatiké*. In: CHAPANSKI, G. (Tradução, introdução, notas e comentários) *Uma tradução da tékne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Curitiba, 2003.
- FARRÉ, J. *Gramática especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.
- GILSON, E. *A Filosofia na idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GRABMANN, M. *Filosofia medieval*. Barcelona: Labor, 1949.
- KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, E. F. K. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.
- LE GOFF, J. *Os intelectuais na idade média*. Tradução: CASTRO, M. de. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Original em francês.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de Gramática na Institutio oratoria*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas FFLCH-USP, 2006.
- PRICE, B. B. *Medieval thought: an introduction*. Oxford: Blackwell, 1990.
- QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. Tradução: BUTLER, H. E. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- ROBINS, R. H.. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- SUETÔNIO. *De rhetoribus*. Tradução: ROLFE, J. C. Cambridge/London: Harvard University Press, 1910.
- TOMÁS DE AQUINO. *Summa theologiae: I, Prima Pars*. Matriti: La Editorial Católica, 1955.



TOMÁS DE ERFURT. *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*. BECCARI, A. J. (Tradução, introdução e notas). Editora da UFPR, 2017.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

TRINGALI, D. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

ULLMANN, R. A. *A universidade medieval*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VERGER, J. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução do francês: BOTO, C. 2 ed. Bauru: EDUSC, 1999.

Data de recebimento: 04/09/2018

Data de aprovação: 04/09/2018